



**HISTÓRIA, MEMÓRIA E ACERVOS HISTÓRICOS:  
extensão universitária, digitalização e salvaguarda documental em  
Campanha (MG)**

**HISTORY, MEMORY AND HISTORICAL COLLECTIONS:  
university extension, digitization and documentary safeguarding in  
Campanha (MG)**

Igor Barbosa Candido<sup>1</sup>

Caroline Lopes Oliveira<sup>2</sup>

Leon Kaminski<sup>3</sup>

Josiane de Paula Nunes<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente ensaio discute os entrelaçamentos entre história, memória e arquivos, tendo em vista discutir sobre o desenvolvimento dos projetos de digitalização de alguns documentos históricos do município de Campanha (MG). A análise se concentrará na reflexão sobre os resultados alcançados com os projetos de extensão “Catalogação e digitalização por software digital do arquivo público do jornal *Voz Diocesana* (1957-1967)”, e “Catalogação e digitalização por software digital do acervo fotográfico de Thalita de Oliveira Casadei”, ambos em andamento. No ensaio abordaremos a relevância dos conceitos de história e memória, ampliando as discussões sobre a importância da preservação dos conjuntos

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Campanha. E-mail: igor.2093319@discente.uemg.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9529-2370>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5332574268419320>.

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Campanha. E-mail: caroline.2093164@discente.uemg.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1066-7856>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8513559291340869>.

<sup>3</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Campanha. E-mail: kaminski.historia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5040-7712>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2286364711431532>.

<sup>4</sup> Mestra em História pela Universidade Federal de São João del-Rei, doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora no curso de História, Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Campanha. Email: josiane.nunes@uemg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4963-2813>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0106265972856311>.

documentais de interesse histórico através da digitalização e salvaguarda dos arquivos. Por fim, apresentaremos brevemente cada conjunto destacando sua relevância como fonte primária de pesquisa e de memória, tanto para o município de Campanha, quanto para outras cidades do Sul de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Memória. Acervos Históricos. Digitalização. Campanha (MG).

**Abstract:** This essay discusses the intertwinings between history, memory and archives, analysing the development of digitalization projects of some historical documents from the city of Campanha (MG). The analysis will focus on the reflection about the results achieved with the extension projects “Cataloging and digitalization by digital software of the public archive of the newspaper Voz Diocesana (1957-1967)”, and “Cataloging and digitalization by digital software of the photographic collection of Thalita de Oliveira Casadei”, both in development. In this essay, the relevance of the concepts of history and memory will be addressed, expanding the discussions about the importance of preserving preserving document sets of historical interest, through the digitization and safeguarding of archives. Finally, each set of documents will be presented highlighting its relevance as a primary source of research and memory, for both of the city of Campanha and the other cities in the south of Minas Gerais.

**Keywords:** Memory. Historical Collections. Digitalization. Campanha (MG).

## 1 INTRODUÇÃO

Fundada no século XVIII, uma das cidades mais antigas da região, Campanha é considerada por muitos como o berço cultural do Sul de Minas Gerais. Hoje com cerca de quinze mil habitantes, seu território original foi desmembrado ao longo dos anos, dando origem a diversos outros municípios. As lembranças e resquícios de seus áureos tempos, no entanto, ainda se fazem presentes na memória, na oralidade, na arquitetura e em seus ricos acervos históricos. Em razão de seu poder político e econômico de outrora, há em Campanha uma vasta documentação, arquivada ou não, à espera de ser explorada por historiadores e/ou mobilizada pela memória de seus moradores.

O passado de Campanha, assim como a valorização do pretérito como formador do presente, abriram caminhos para que o município, hoje, possua diferentes instituições de memória e de documentação, que guardam valiosos acervos, muitos deles ainda inexplorados, mas com grande potencial para a pesquisa histórica. O presente ensaio, escrito a várias mãos, tem como objetivo refletir sobre questões referentes aos entrelaçamentos entre história e memória, arquivo e documento, texto e imagem, preservação e divulgação dos vestígios do passado. Reflexões essas que traçam diálogos entre teoria e prática, pesquisa e extensão, com foco nas potencialidades dos acervos históricos existentes em Campanha.

O contexto presente é de adoecimento e isolamento, de negacionismos, de ataques às ciências e às humanidades, mas também de resistências. Parte da resistência cotidiana no meio universitário tem se dado através da continuidade de projetos, da construção e divulgação do conhecimento científico produzido no meio acadêmico. Ciência e academia que têm sido essenciais no combate à pandemia e ao obscurantismo crescente. As reflexões presentes neste texto foram produzidas nessa conjuntura pandêmica, elaboradas junto a dois projetos de extensão desenvolvidos no Centro de Memória Cultural do Sul de Minas (CEMEC), da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Campanha. Projetos que, em consonância com o momento que vivemos, também foram impactados e limitados pela pandemia, mas ainda buscam resistir e se manter em atividade.

O tema/objeto dos dois projetos em questão refletem a própria riqueza e variedade dos acervos históricos existentes em Campanha. O primeiro, iniciado em 2019, visa à catalogação e digitalização do jornal católico *Voz Diocesana*, da diocese de Campanha, que chegou a ter vasta circulação na região. O segundo projeto tem como foco a digitalização e catalogação do acervo fotográfico de Thalita de Oliveira Casadei, historiadora que dedicou parte de suas obras a investigar o passado de Campanha. Ambos financiados pelo Programa Institucional de Apoio à Extensão da UEMG, edital PAEx 01/2020.

O percurso deste ensaio tem como início uma discussão teórica acerca das relações entre memória, história e arquivos. Logo em seguida, aventura-se nos acervos campanhenses, apresentando a documentação explorada nos dois projetos. Para apresentar as potencialidades dos dois acervos a ser digitalizados, o que colaboraria com sua conservação e compartilhamento, traçamos um diálogo com outras pesquisas que já se utilizaram destes e de outras documentações semelhantes, presentes nos acervos do município.

## 2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E ARQUIVOS

De acordo com o historiador Jacques Le Goff (1988), se levarmos em conta as limitações biológicas da memória humana individual, podemos abordar a escrita como uma forma de extensão do armazenamento da memória. Principalmente para a manutenção da memória coletiva e mecânica e a produção do conhecimento científico. Nesse sentido, um documento escrito pode ter ou não significado nas memórias de uma sociedade, pois existe a possibilidade de nele haver informações que remetem às raízes de determinada história.

Aliado a isso, está a necessidade de se preservar os arquivos, locais de memórias, onde estão armazenados os documentos.

Le Goff (1988, p.15) reflete que a História, enquanto disciplina, não deve ser reduzida a uma ciência do passado, mas “uma ciência da mutação e da explicação da mudança”. Dessa forma, partindo das concepções do autor, a História é a ciência do tempo, pois “está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores” (p.52). Embora essa ciência esteja profundamente envolvida com a memória e seja comum haver associação entre os termos, há que se ressaltar que, para o autor, eles se diferem no sentido de que a memória tem caráter de armazenamento e associações do presente com o passado, podendo ser individual ou coletiva. A Memória está ligada a necessidades das sociedades de consultar suas lembranças para desenvolver e criar suas identidades, enquanto a História é a sistematização dessas memórias. Nesse sentido, a História procura explicar as mudanças consultando, de forma crítica, a memória coletiva.

Os sentidos da palavra memória são diversos. Ela pode ser utilizada para representar uma lembrança para um povo (memória coletiva), essa que “pode representar um ideal e imagem de nação que se tenta passar ou impor ou pode servir aos interesses de determinados grupos sociais que procuram preservar o seu passado” (ANDRADE, 2020, p. 2). Ou também como conceito histórico, que seriam as análises científicas acerca da memória. Mas até que ponto esses sentidos se distanciam um do outro? Segundo o *Dicionário Online de Português* ([s.d]), memória é “o efeito da faculdade de lembrar”. De modo genérico, é através da memória que se formam as sociedades e disseminam as culturas, é o que “constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado” (LE GOFF, 1988, p. 29), ou seja, ao mesmo tempo em que a memória direciona o trajeto da história, a história procura “esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (p. 29), e essa mesma história irá tomar seu percurso independente do ofício do historiador ser ou não realizado. Contudo, é através da pesquisa e da produção historiográfica que conseguimos sistematizar as relações entre essas memórias, buscando compreender as continuidades e rupturas que o passado ocasiona ao presente, e isso está intimamente ligado às fontes e objetos utilizados pelo historiador, os documentos.

O surgimento da escrita na sociedade propiciou demasiada mudança na memória coletiva. Isso porque, a escrita não se resume a somente uma “atividade nova de organização

do saber, mas um aspecto da organização de um poder novo” (LE GOFF, 1988, p. 436). O poder de

armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro”; a outra, ‘ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual’, permite ‘reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas’. (LE GOFF, 1988, p. 433).

Nessa perspectiva de que documentos são importantes fontes de memória, eleva-se a necessidade de mencionar os locais de armazenamento dos documentos, os arquivos. O surgimento dos arquivos urbanos ocorreu com a expansão das cidades na Idade Média. Criaram-se depósitos de documentos que acreditavam ter relevância para a identidade coletiva a ponto de precisarem de uma proteção dos corpos municipais (LE GOFF, 1988). É possível especularmos que a necessidade de armazenamento surge atrelada a de registro. Posteriormente, ainda sob uma perspectiva histórica, Franciele Merlo e Glaucia Konrad (2015) apontam para o século XVIII na França, que inova o sentido da custódia documental que pertence à nação, o advento do Arquivo Nacional. É nesse contexto, que a instituição arquivística sofre uma importante alteração: a da ordenação do caráter público dos documentos contidos nesses arquivos e da responsabilidade de armazenamento, preservação e acessibilidade dos documentos pelo Estado. Dito isso, podemos elencar que é preciso a intervenção Estatal que garanta o acesso a esses documentos, ou seja, é necessário que existam políticas públicas que sustentem o acesso democrático aos acervos (MERLO e KONRAD, 2015).

No Brasil, a Lei 8.159, Art. 4º, de 08 de janeiro de 1991 prevê que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (BRASIL, 1991, p. 1).

De acordo com Marcos Ferreira de Andrade (2020), embora desde meados da década de 1930 no Brasil encontremos fundamentação institucional pública que ratifique a necessidade de salvaguardar o patrimônio documental, as condutas estatais nessa área sempre

foram faltosas, fazendo com que boa parte da parte prática da preservação fique a cargo das Universidades.

### 3 O CEMEC E A DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS HISTÓRICOS

Os centros de memória e documentação possuem função social de relevância por serem lugares de salvaguarda documental. Foi com o objetivo da difusão, preservação e democratização dos conjuntos documentais salvaguardados em arquivos, que se desenvolveu, a partir do ano 2000, o projeto de estruturação do Centro de Memória Cultural do Sul de Minas (CEMEC) na então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Nossa Senhora de Sion (FAFI-Sion), em Campanha (ANDRADE, 2020). Treze anos após a criação do centro de memória, a instituição passou por um processo de estadualização, incorporada pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

O CEMEC possui um conjunto variado, com documentação criminal de Lavras e Campanha dos séculos XIX e XX, documentação cartorial, editoriais e recortes de jornais, registros do comércio de escravos, arquivos dos colégios Sion e São João, o acervo fotográfico de Paulino de Araújo, os arquivos do Maestro Pompeu, com mais de cem partituras preservadas e seu acervo pessoal, entre outros documentos.

Podemos compreender o CEMEC e seus acervos como “lugares de memória” para o município de Campanha e região. Para Pierre Nora (1993), a memória, a evocação constante, necessita e advém de lugares de memórias para que ocorra, sejam estes “lugares” datas, celebrações ou arquivos. Sua documentação possui inúmeras potencialidades para a pesquisa que podem se estender para além do município e do Sul de Minas Gerais. Conforme Nora (1993, p. 13), sobre a relação entre história e lugares de memória, é possível ressaltar que se “a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória”. Sendo assim, conforme o autor, é perceptível que há um processo onde os papéis da história são essenciais para legitimar a existência dos lugares de memória, ao mesmo tempo que a pesquisa historiográfica se beneficia da existência dos lugares de memória, já que estes exercem o papel de garantir a “cristalização da lembrança e sua transmissão” (p.22), facilitando a pesquisa e problematização de fontes.

Nos últimos anos, um dos avanços no campo da preservação e divulgação de acervos históricos tem sido o da digitalização de documentos. Um grande número de instituições de



arquivo e de memória tem desenvolvido projetos que visam gerar cópias digitais de seus acervos, que ajudam na proteção dos arquivos físicos em relação ao desgaste promovido pelo manuseio. A digitalização é um caminho que também possibilita um maior acesso aos acervos. O trabalho do historiador, nessa perspectiva, é facilitado pela democratização do acesso digital aos documentos, o que tem permitido um número cada vez maior de pesquisas.

Nesse sentido, o CEMEC tem desenvolvido, desde sua criação, projetos pioneiros na região. Há duas décadas, logo nos anos iniciais do centro, foram promovidos projetos interinstitucionais (em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, a Universidade Federal de São João del-Rei e o Arquivo Público Mineiro), visando digitalizar conjuntos documentais históricos do Sul de Minas, publicados e distribuídos em cd-rom (FERREIRA, 2007). Atualmente, novos projetos têm sido desenvolvidos no âmbito da digitalização de acervos históricos.

Entre os projetos recentes que têm sido realizados nesse campo, dois são objeto de discussão neste ensaio. O primeiro é o projeto de “Catalogação e digitalização por software digital do arquivo público do jornal *Voz Diocesana* (1957-1967)”, aprovado pelo edital PAEx/UEMG 01/2020, que dá continuidade ao projeto iniciado em 2019 que foi responsável pela digitalização das edições publicadas entre 1947 e 1957, resultando na salvaguarda e disponibilidade do recorte em formato digital no CEMEC<sup>5</sup>. O acervo físico do periódico *Voz Diocesana*, com sua coleção completa, encontra-se no Centro de Estudos Monsenhor Lefort, vinculado à Secretaria de Cultura do município<sup>6</sup>. Entre os vários e ricos acervos disponíveis nesta instituição, está outro que é objeto de discussão nesse artigo, através do projeto “Catalogação e digitalização por software digital do acervo fotográfico de Thalita de Oliveira Casadei”. O acervo fotográfico da historiadora é pela primeira vez passará também por um processo de catalogação e digitalização.

Dentro dos limites deste ensaio, cabe pensar as propriedades documentais dos arquivos do jornal *Voz Diocesana* e do acervo fotográfico de Thalita de Oliveira Casadei.

---

<sup>5</sup> Resultado do projeto de extensão “Catalogação e digitalização por software digital do arquivo público do jornal *Voz Diocesana* (1947-1957)”, financiado pelo o edital PAEx/UEMG 01/2019.

<sup>6</sup> Segundo Lúcio Reis Filho (2016, p.74-75), “O Centro Monsenhor Lefort é uma seção especial da Biblioteca Pública Municipal Cônego Vítor – criada pela Lei Municipal n. 1879/28-06-1996 –, de Campanha, Minas Gerais [...]. A coleção particular do Monsenhor José do Patrocínio Lefort (1914-1997), doada ao Centro que recebeu seu nome, mantém a ‘Seção de Documentos Históricos’ para a preservação da memória da cidade e da região, composta por material impresso diversificado que compreende jornais, revistas catálogos, livros cartoriais, livros de atas, editais e termos da Câmara Municipal”. Entretanto, o autor ressalta ainda que “a municipalidade não tem assegurado ao Centro Monsenhor Lefort infraestrutura minimamente adequada para cumprir seus objetivos de guarda e preservação dos documentos históricos, que permanecem armazenados de forma irregular. O Centro também não oferece condições adequadas para o uso científico” (p. 76).

Considerando que são locais para preservação de materiais da memória, conforme Le Goff, é válido tomar a definição do autor, pois reconhecemos que as memórias presentes no arquivo/acervo são documentos, no sentido de escolha do historiador e também são monumentos, no sentido de serem heranças do passado (LE GOFF, 1988). Diante disso, consideramos que estes acervos fornecem documentos que servem como fontes para o pesquisador, com possibilidades de pesquisas diversas. Ao mesmo tempo, são monumentos por evocar constantemente o passado e perpetuar recordações.

Portanto, cabe considerar as particularidades documentais de cada tipo de documento salvaguardado: o jornal e a fotografia. São objetos que para serem usados como fontes demandam metodologias próprias. Assim, realizaremos considerações e apontamentos gerais sobre os usos do jornal e da fotografia como fontes de pesquisa, tendo como intuito uma melhor compreensão do alcance dos arquivos/acervos e reafirmando a necessidade da salvaguarda por meio da digitalização, diante da riqueza documental e possibilidades futuras evidenciadas.

#### **4 VOZ DIOCESANA: IMPRENSA CATÓLICA COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA**

Partindo do pressuposto que é a partir da memória coletiva que a história toma seu percurso e que é através dos métodos envolvidos na análise dessas memórias que se desenvolve o pensamento científico, abordaremos neste tópico o jornal católico *Voz Diocesana*, como fonte e objeto de pesquisa relevante para o entendimento de uma época e de seus desdobramentos.

A mídia é uma inquestionável fornecedora e condutora de informação, portanto ela atua diretamente na opinião pública (BECKER, 1995). A Igreja Católica tomou conhecimento desse poder de expressão e atuação direta na sociedade presente na mídia e procurou formas de usá-la para auxiliar na manutenção do catolicismo e da moral cristã. Alinhado a isso, está o fato de alguns veículos de informação da igreja surgirem justamente em relevantes momentos da história. Nos conflitos da modernidade, com a emergência dos nacionalismos e dos liberalismos, eclodindo mudanças políticas que suscitaram a laicização de várias instituições.

Durante o pontificado de Leão XIII (1878-1903), a igreja se articulou através do discurso de que as notícias consumidas pelo povo eram frutos de uma “imprensa má”, e que



somente através da publicação católica que direcionasse as ações dos fiéis essa problemática seria solucionada. Nos pontificados seguintes esse projeto continua em atuação e com Pio XII (1939-1958) amplia-se o campo de comunicação com a criação de programas na rádio e televisão, mas sem abrir mão do uso do jornal impresso (TOSTA, BALLESTEROS e GUERRA, 2007, p. 4).

O periódico *Voz Diocesana* nasceu em outubro de 1947 como uma imprensa vinculada à Diocese de Campanha, tendo circulado por uma região pastoral e uma episcopal que abrangia 49 municípios e 71 paróquias. Segundo os dados levantados pelo projeto, a publicação teve inicialmente uma periodicidade quinzenal, a partir de 1953, passou a ser semanal, conforme aponta a tabela 1.

**Tabela 1: Demonstrativo da quantidade de publicação do jornal *Voz Diocesana***

Ano	Total de jornais
1947	2
1948	22
1949	20
1950	21
1951	24
1952	24
1953	33
1954	34
1955	33
1956	33
1957	34
<b>Total de todos os anos:</b>	<b>279</b>

Fonte: Dados obtidos através do projeto “Digitalização e catalogação do arquivo público do jornal *Voz Diocesana*”, aprovado no Edital PAEx 01/2019.

Assim como toda imprensa católica, o periódico *Voz Diocesana* tinha como objetivo fazer público os interesses e as necessidades da Igreja utilizando a comunicação de forma estratégica, como o uso de discursos condenatórios e artigos de opinião de assuntos referentes ao

comunismo, reforma agrária, cinema, feminismo, etc. A visão exposta no jornal era de responsabilidade da Diocese da Campanha – MG, e isso ficava sempre destacado nos editoriais, o que não eximia as aproximações mais ecumênicas dos ideais e valores vindos das autoridades do Vaticano e de outras unidades católicas do mundo. (CARVALHO, 2019, p.32).

Demonstra-se, de acordo com Carvalho (2019), a intenção da Igreja de atuar como produtora da moralidade e manutenção da “cordialidade do homem” e dos “bons costumes”,

fazendo uso da articulação entre a narrativa e os propósitos existentes no período da produção. Dessa forma, torna-se possível elencar o periódico não apenas como um importante objeto e uma fonte de estudo da história da imprensa regional, mas também para uma análise da conjuntura política e social do país.

Isso porque, na análise de um documento, o historiador deve preocupar-se com uma leitura contextual e crítica, levando em conta as intencionalidades de produção, a quem seria direcionado, o panorama político situado, entre outras perspectivas. Nesse sentido, ressalta-se o propósito de pesquisar não apenas a história da imprensa, mas fazer o uso do jornal como um verdadeiro ator político. Como destaca Maria Helena Capelato,

A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem-se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores. (CAPELATO, 2015, p.115).

A cargo de exemplificação do uso jornal como fonte e objeto de pesquisa realizada por Andressa Carvalho, intitulada *Os filmes e a cotação moral: Voz Diocesana e as questões morais no contexto da ditadura civil-militar (1967-1968)*, no qual a autora busca “analisar a complexidade que envolvia a cotação moral trazida pelo periódico, utilizando da prerrogativa da censura moral e da censura política.” (CARVALHO, 2019, p.8). Discorrendo sobre aportes teóricos da história social e cultural, conclui que

A Igreja Católica utilizou de suas dioceses para, através do jornal, implantar consciente ou até mesmo inconscientemente, o que é moral ou não perante a sociedade, utilizando do cinema. (CARVALHO, 2019, p.41).

Esse é apenas um exemplo das possibilidades de investigação que o acervo do *Voz Diocesana* tem a oferecer. Ressalta-se que no recorte da pesquisa foram utilizadas edições apenas do ano de 1967. Posteriormente, as autoras deram continuidade às pesquisas, abarcando também 1968, analisando as colunas do periódico dedicadas à cotação moral sobre o cinema, presente em 64 exemplares do jornal. Além disso, o periódico possuía diversas outras colunas dedicadas a “vida religiosa e comunitária, festividades e celebrações. Ademais, o jornal também incluía notícias que envolviam as questões políticas, econômicas e culturais da sociedade” (SILVA *et al.*, 2020, p. 7).

A digitalização e catalogação do periódico, que totalizou a salvaguarda documental de 279 exemplares (Tabela 1), surgem como forma de preservar esses documentos, além de possibilitar que acesso seja feito das mais variadas localidades. O projeto iniciado em 2019 tem sua continuação no ano atual. Infelizmente, as sensatas medidas sanitárias preventivas implementadas para conter a pandemia da COVID-19 acarretaram na suspensão temporária das atividades presenciais de digitalização dos documentos, tanto do *Voz Diocesana* quanto do acervo fotográfico de Thalita Casadei, que veremos a seguir. Apesar dos obstáculos impostos pela pandemia, os projetos mantêm o objetivo de continuidade da salvaguarda documental e das memórias dos campanhenses, assim como busca democratizar o acesso ao conjunto e atuar na produção de conhecimento que relaciona a sociedade com a universidade.

## **5 ACERVO FOTOGRÁFICO DE THALITA CASADEI: A IMAGEM COMO FONTE DA HISTÓRIA DE CAMPANHA**

A fotografia é um dos recursos que vem sendo utilizado pela historiografia recente. Indo além do texto escrito, possibilita a exploração de novas temáticas no campo da História, ampliando as fontes, seja no sentido de trazer luz para novos objetos e sujeitos, antes negligenciados pela ausência de fontes escritas. Pode proporcionar, ainda, um acréscimo de fontes em temáticas já estabelecidas, em termos de intertextualidade. Conforme Ana Maria Mauad (2005, p. 143), “Historicamente, a fotografia forma, com outros tipos de texto de caráter verbal e não-verbal, a textualidade de uma determinada época”. A autora entende que uma intertextualidade de fontes permite uma compreensão mais ampla de um determinado contexto histórico analisado.

Ciente da intertextualidade que a fotografia possibilita quando usada com outros tipos de fontes, temos uma noção dos variados “campos da história” que podem se beneficiar com os vestígios do passado evocados pela fotografia como a história social, do cotidiano, da visualidade, além da história da própria prática fotográfica.

Dessa forma, pensando nos acervos fotográficos de Campanha, destacamos o acervo fotográfico Paulino Araújo, disponível no CEMEC, que é um exemplo pioneiro realizado no município, tanto na questão da salvaguarda de documentos por meio da identificação, catalogação e conservação, durante os anos 1998 e 2000, quanto na relevância do conjunto para a pesquisa e produção acadêmica. O acervo leva o nome do fotógrafo que atuou na

cidade de Campanha e na região durante boa parte do século XX, registrando o cenário social e arquitetônico. O fotógrafo “atuou nos mais diversos seguimentos: *portrait*, fotografia social, festas religiosas e cívicas, reportagens, entre outras” (ANDRADE, 2020, p. 10).

Ao menos quatro trabalhos acadêmicos utilizaram como fontes as fotografias do acervo, após a catalogação e conservação realizada entre os anos 1998 e 2000. A dissertação de Raquel de Fátima dos Reis (2013), por exemplo, traz uma rica pesquisa sobre o acervo em si, assim como sobre o próprio Paulino de Araújo. Podemos constatar que o projeto inicial de salvaguarda e catalogação do acervo, realizado há vinte anos, favoreceu e facilitou diferentes produções acadêmicas.

O projeto de extensão “Catalogação e digitalização por software digital do acervo fotográfico de Thalita de Oliveira Casadei”, aprovado pelo edital PAEx/UEMG 01/2020. A catalogação opera para um conhecimento das dimensões e organização do acervo, ainda incertas, enquanto a digitalização permitirá a salvaguarda, tal como a possibilidade de um maior alcance futuro da circulação das fotografias em seu meio virtual. O acervo Thalita de Oliveira Casadei consiste no seu acervo fotográfico pessoal, doado pela própria Casadei ao Centro de Estudos Monsenhor Lefort. Contém registros fotográficos de diversas temáticas que ajudam a compreender a amplitude da história de Campanha e da região. O interesse por amplos contextos históricos do município de Campanha, por parte de Thalita de Oliveira Casadei, que integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outros institutos congêneres<sup>7</sup>, é evidenciado no livro *Aspectos históricos da cidade da Campanha* (1989), onde a autora perpassa por variados temas, como: A Inconfidência Mineira; A Transferência da corte portuguesa para o Brasil; O Segundo Reinado. Todos ressaltando os impactos na Campanha e valorizando o olhar regional e, em alguns casos, o papel de campanhenses nestes contextos históricos, como o caso da Inconfidência Mineira (CASADEI e CASADEI, 1989).

Em relação a este acervo fotográfico e seu potencial, cabe retomar à Mauad (2005), sobre a realização do bom uso da fotografia como fonte. Conforme a autora, é necessário a demanda de uma série extensa e homogênea, ou seja, um conjunto fotográfico amplo,

---

<sup>7</sup> “Nascida em Campos dos Goitacazes-RJ, exerceu suas atividades docentes e culturais no Distrito Federal, depois estado da Guanabara e município do Rio de Janeiro, e em Niterói. Viveu em várias cidades fluminenses [...]. Igualmente em Petrópolis e Campanha-MG, esta última devido ao matrimônio com Antônio Casadei, localidades a que dedicou estudos. Eleita para o IHGB [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro], em 1976, ascendeu à categoria de emérita. Pertence a vários Institutos Históricos: Rio de Janeiro, Niterói (de que é fundadora e primeira presidente), Paraty, Petrópolis, Minas Gerais, Campanha, além de Academias de Letras: Fluminense, Sul-Mineira e outras. Bacharel e Licenciada em Geografia e História, pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ” (IHGB, [s.d]).

organizado e envolto de um mesmo tema, tendo suas semelhanças perceptíveis. Desse modo, é possível tomar como exemplo o acervo aqui descrito, onde podemos observar diferentes temáticas que podem ser organizadas e condensadas em quatro séries. Embora o conhecimento completo do acervo ainda não seja possível, em razão das limitações do trabalho presencial desde o início do projeto, que coincidiu com o começo da pandemia. Apesar das limitações atuais, é possível, em diálogo com trabalhos acadêmicos que exploraram fotografias de Campanha, delinear quatro séries no acervo Thalita de Oliveira Casadei: Cenas familiares; Cotidiano da cidade; Comemorações e festas populares; Antigas residências, construções e ruínas.

*Cenas familiares.* No que refere às fotografias de cenas familiares, podemos ressaltar que são imagens com função de representação social e, operando uma representação da família em busca de sua legitimação social. Para uma melhor compreensão das potencialidades de pesquisa com este tipo de série fotográfica, retomamos a dissertação de Raquel dos Reis, *A fotografia em Campanha: Paulino Araújo entre retratos e vistas constituindo memórias (1907 - 1970)*. Conforme a autora, o fotógrafo referenciado tinha como principal atividade os retratos de pessoas. O que traz diferentes questões acerca dos retratos de família:

o que revela e o que oculta do grupo retratado? Quais elementos fornecem pistas para sugerir ou associar a padrões de comportamento, realidades sociais e sentimentos? Qual imagem as famílias idealizavam no retrato? Enfim, infinitas perguntas e interpretações podem ser propostas para um retrato de família. (REIS, 2013, p. 91).

Desse modo, segundo a afirmação, as fotografias de cenas familiares podem evidenciar informações capazes de fomentar variados questionamentos, tal como dizer muito sobre grupos e classes da sociedade à qual pertencem determinadas famílias. Dependendo do período, pode ser um indicativo para identificar uma classe social específica, assim como outras relações de poder.

*Cotidiano da cidade.* Já as representações do cotidiano citadino abrem possibilidades distintas das cenas familiares, assim como uma ampliação dos agentes históricos do contexto da época. Os retratos familiares, por se tratarem, em determinados contextos históricos, de representações de uma elite, uma elite que poderia solicitar tais serviços, resulta na visualidade de uma única classe específica. Alternativamente, as fotografias do cotidiano da cidade trazem uma visibilidade de múltiplos sujeitos. Pode evidenciar também um possível

interesse artístico do fotógrafo, que não visava a obtenção de um lucro financeiro com o registro. As representações do cotidiano permitem observar mudanças nos âmbitos urbano, dos costumes e do próprio cotidiano da cidade, servindo para alcançar uma intertextualidade de fontes para o historiador traçar mudanças e entender os seus porquês.

*Comemorações e festas populares.* A seguinte série pode ser tomada como uma extensão das fotografias do cotidiano da cidade, ao modo que ajudam a evidenciar mudanças e permanências das mais distintas práticas referentes às comemorações e festas populares do município de Campanha. Questão tratada no artigo “A experiência barroca e a identidade local na Semana Santa de Campanha, Minas Gerais”, de Suzel Reily (2011), aborda as mudanças das práticas musicais realizadas durante a Semana Santa nos últimos séculos. Ainda que as fotografias utilizadas tenham papel reduzido diante da extensa periodização abordada e da amplitude de fontes, as fotografias do século XX fornecem uma visualidade que permite observar mudanças e permanências.

*Antigas residências, construções e ruínas.* As fotografias desta última série podem evidenciar a eleição de certos espaços urbanos, tal como o seu processo de crescimento e suas mudanças, entre outros aspectos. Tomando as fotografias de antigas residências, construções, ruínas e o espaço urbano em geral de Campanha, disponíveis no acervo de Paulino de Araújo e o que foi realizado no trabalho de conclusão de curso de Tamiris Aparecida Andrada da Silva (2021), é possível evidenciar a renovação da cidade, pelas influências da modernidade republicana brasileira. A autora se muniu de uma diversidade de fontes, usadas de maneira intertextual, onde a fotografia teve o papel de evocar a percepção das mudanças, apontando como as transformações foram usadas para ressignificar a cidade e o imaginário da população. Segundo a autora,

ao evidenciar a historicidade que permeia esses processos, os quais neste caso, demonstram o entrelaçar de tempos distintos em meio às rupturas e permanências particulares das conjunturas históricas, o que também é perceptível no campo visual, a partir dos registros fotográficos de autoria de Paulino Araújo Ferreira Lopes, se nos atentarmos à aplicabilidade das ações modeladoras que configuraram outros contornos e formas ao urbano, que foram instituídas ainda sob a égide da modernidade da República (SILVA, 2021, p. 14).

Diante do exemplo, que demonstra os usos desta categoria fotográfica como fonte histórica, podemos constatar que o acréscimo das imagens presentes no acervo fotográfico de Thalita de Oliveira Casadei podem evocar novas percepções da mudança, contribuindo para

uma dimensão do impacto da modernidade republicana, assim como outros impactos históricos que serão possíveis com a execução do projeto “Catalogação e digitalização por software digital do acervo fotográfico de Thalita de Oliveira Casadei” e seus desdobramentos.

Por fim, é importante destacar que a fotografia, sendo um produto cultural, um reflexo de sua época, se mostra como um valioso auxílio para o historiador e pesquisadores em geral responder suas perguntas. Contudo, a fotografia, assim como outros produtos culturais, não é só reflexo, mas também construtor de seu próprio tempo, ajudando a reforçar ou modificar comportamentos e hábitos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, um dos principais desafios, além dos ataques que as ciências e as humanidades têm sofrido nesses tempos de negacionismos, é o contexto pandêmico que todos temos vivido. Diante disso, cabe apontarmos alguns desdobramentos dos atuais projetos de catalogação e digitalização, diante da necessidade de criar alternativas, por se tratar de uma das realidades que possibilitam a reflexão acerca do papel dos historiadores e demais cientistas na produção de conhecimento, buscando amenizar os desdobramentos do contexto pandêmico. Pensando nisso, ao mesmo tempo em que a realidade permite uma valorização e um reconhecimento da importância da salvaguarda por meio da digitalização, por ser uma das poucas formas possíveis de acessar o conteúdo dos arquivos e acervos, a mesma realidade também impõe impedimentos na execução da salvaguarda por meio da digitalização dos projetos em andamento, em razão da necessidade de medidas sanitárias de isolamento social.

Partindo do pressuposto de que os arquivos, centros de memória e centros de documentação podem conter importantes fontes para o historiador e para a sociedade, procuramos demonstrar no decorrer desse ensaio a necessidade e urgência da salvaguarda por meio da digitalização e catalogação de dois acervos públicos que se encontram na cidade mineira de Campanha, buscando destacar o vínculo entre documentos, história e memória e analisando algumas características que tornam os acervos estudados significativos em suas singularidades.

O processo de preservação documental se mostra improrrogável ao passo que os documentos presentes nos arquivos se tornam fontes primárias constituindo parte da memória coletiva do município, e a digitalização dos documentos prioriza a democratização ao acesso



dos mesmos, que é garantido pela Constituição Federal. Em um cenário de pandemia, se evidenciou ainda mais essa urgência, uma vez que o sistema remoto de ensino impossibilitou que os documentos físicos fossem acessados pelos estudantes e/ou comunidade regional.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Centro de memória cultural do Sul de Minas. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, p. 163-168, 2007.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Instituições de memória e acervos fotográficos: a experiência do Centro de Memória Cultural do Sul de Minas. **Revista de História da UEG**, v. 9, n. 2, p. 1-20, 2020.

TOSTA, Sandra Pereira; BALLESTEROS, Alexia; GUERRA, Luciana. Jornal de Opinião: história e identidade da imprensa católica em Minas Gerais. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2007.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 185-211.

BRASIL. **Lei 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm). Acesso em: 01 out. 2021.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas, 2015, p. 114-136.

CARVALHO, Andressa Rodrigues. **Os filmes e a cotação moral: Voz Diocesana e as questões morais no contexto da ditadura civil-militar (1967-1968)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Campanha, 2019.

CASADEI, Thalita de Oliveira; CASADEI, Antonio. **Aspectos históricos da cidade da Campanha**. Petrópolis: Editora Gráfica Jornal da Cidade, 1989.

**Dicionário online de português**. “Memória”. [s.d]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/memoria/>. Acesso em: 28 set. 2021.

IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). **Thalita de Oliveira Casadei**. [s.d]. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/TOCasadei.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.13. n. 1, p. 133-174, 2005.

MERLO, Franciele. KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, História e Memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, 2015.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.

REILY, Suzel Ana. A experiência barroca e a identidade local na Semana Santa de Campanha, Minas Gerais. **Per Musi**, Belo Horizonte, n. 24, p. 43-53, 2011.

REIS, Raquel dos. **A fotografia em Campanha: Paulino de Araújo entre retratos e vistas constituindo memórias (1907-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

REIS FILHO, Lúcio. Escavando o Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort. **Boletim de Pesquisa NELIC**, Florianópolis, v. 16, n. 25, p. 73-88, 2016.

SILVA, Tamiris Aparecida Andrada da; SILVA, Andreza de Souza; NUNES, Josiane de Paula e SOUZA, Débora Cazelato de. Digitalização e catalogação do arquivo público do Jornal Voz Diocesana (1947-1957). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO, 21., 2019, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UEMG, 2020.

SILVA, Tamiris Aparecida Andrada. **Entre os ares da modernidade republicana: o urbano campanhense nos anos finais do século XIX e o início do século XX**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Campanha, 2021.

*Recebido em: 01 out. 2021*  
*Aprovado em: 30 out. 2021*